



AS PRÁTICAS CAPITALISTAS E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO INDÍGENA CANAUANIM, NO MUNICÍPIO DE CANTÁ, RORAIMA, BRASIL

Patrícia Moreira Herksedek¹; Josinaldo Barboza Bezerra² e Gleberson Alves Pontes³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como o capitalismo se manifesta redefinindo espaço e território através das práticas capitalistas na Comunidade Indígena Canauanim no município do Cantá – RR. A localização da Comunidade, próxima das cidades de Boa Vista e Cantá, além de possibilitar um contato relevante com a sociedade, possibilita a inserção de novas práticas sociais e elementos da cultura capitalista em seu cotidiano. O estudo apoia-se no materialismo histórico como método de análise e também engloba uma abordagem exploratória. Como parte dos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada por meio de observação técnica e de análises de base qualitativa. A pesquisa contribuiu com a caracterização das novas práticas socioeconômicas e novas formas de organização do espaço e do território na Comunidade Canauanim. Atualmente é evidente na Comunidade Canauanim a existência de elementos de uma cultura capitalista dominante, tais como a formação de propriedade privada, empreendedorismo e comércio. As práticas capitalistas observadas estão relacionadas ao desenvolvimento de necessidades e hábitos de consumo proporcionado por novas fontes de renda.

Palavras-chave: Reordenamento do Território; Globalização; Roraima; Espaço Local.

ABSTRACT

This work aims to understand how the capitalism has itself manifested in the Canauanim Indigenous Community in the Canta county, Roraima, through its capitalist practices as a consequence redefining its space and territory. The location of the community, close to Boa Vista and Canta cities - besides allowing long a relevant contact to society - it enables the insertion of new social practices and elements of a capitalist culture in its daily lives. The study is based on historical materialism as an analytical method and it encompasses an exploratory approach. As part of the methodological proceedings, the research was carried out by using technical observation and qualitative analysis. The study contributed with the characterization of the new socioeconomic practices and of the new forms of organization of space and territory in the Canauanim Community. Currently, it is evident the existence of elements of a dominant capitalist culture, such as the formation of private property, entrepreneurship and trade in the Canauanim Community. The observed capitalist practices are related to the development of consumption needs and habits triggered by new sources of income.

Keywords: Territorial reordering; Globalization; Roraima; Local space.

¹ Departamento de Geografia Universidade Estadual de Roraima. pattyherk@hotmail.com

² Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. barbozajb@gmail.com

³ Curso de Direito da Estácio Atual da Amazônia. pontesbv8@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que possui uma grande riqueza étnica e cultural associada a povos de diversas origens. Nesse contexto, existem os múltiplos povos indígenas que se destacam com suas características distintas e modos de vida.

O Estado de Roraima contempla uma grande diversidade de grupos indígenas, sendo a maioria descendente do Caribe (navegadores). Estes deram origem aos povos, Taurepang, Patamona, Ingarikó, Macuxi, Wai-wai e Waimiri-Atroari. Os Wapichana são originários do tronco Aruak, e os Yanomami são do seu grupo próprio.

A Comunidade indígena Canauanim, localizada no município de Cantá no estado de Roraima, onde vivem os povos Wapichana e Macuxi, foi historicamente submetida aos avanços da sociedade não indígena que se instalou gradativamente ao seu entorno. Desde o século XVIII os povos indígenas vêm sendo submetidos a diversas formas de relações com outras sociedades, especialmente com o colonizador europeu.

O propósito que orientou este trabalho está na preocupação de se refletir sobre as mudanças no padrão de vida indígena devido ao avanço das forças capitalistas em direção as suas terras, sustentando-se numa ética, apontando, as transformações ocorridas com o tempo e as condições humanas estruturadas nesse processo.

A comunidade Canauanim está localizada próxima a capital de Roraima (Boa Vista), portanto, não se encontra “isolada” da cidade. Essa conexão geográfica, além de possibilitar um contato relevante com a sociedade, permite a inserção de novas práticas sociais e novos elementos em seu cotidiano, como as relações de trabalho que envolve o deslocamento até a cidade, por exemplo (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014). Deste modo, a área de localização da comunidade, a sua sede como sendo o lugar onde vivem a maior parte dos indígenas e o local em que realizam suas manifestações culturais são os aspectos iniciais em que se baseia este estudo.

Desde a construção da rodovia, BR 401 e da construção da Ponte dos Macuxis na década de 1970, foram diversos os fatores que interferiram no modo de vida tradicional dos indígenas da região. A especulação imobiliária e a migração que acompanharam a estrada levaram a demarcação da Terra Indígena a fim conservar suas áreas e proteger os grupos étnicos (MELO, 2012).

Hoje o acesso a recursos tecnológicos e direitos constitucionais é uma realidade para as comunidades indígenas, em especial a comunidade Canauanim. As alterações nas condições socioeconômicas possibilitam a reprodução de um modo de

vida influenciado pelo entorno (VEIGA, 2005). Nesse processo algumas mudanças surgem à vista e outras de modo camuflado. Assim o objetivo deste trabalho constitui-se em compreender como o capitalismo se manifesta redefinindo espaço e território através das práticas capitalistas na Comunidade Indígena Canauanim.

O sistema econômico capitalista gira essencialmente em torno da produção de lucro privilegiando a propriedade individual. A penetração do capitalismo enquanto sistema comum na atualidade tende a suprimir o modelo econômico de cooperação tradicional das comunidades indígenas, cabendo-se então uma análise do desenvolvimento de tal processo (BEZERRA; HERKSEDEK; BASTO, 2014).

A reprodução do modo de vida capitalista baseia-se em fatores que dependem, entre outros, de proximidade geográfica e uma dinâmica política e econômica integrada. Essas condições refletem-se no espaço e traduzem o caminho escolhido para se caracterizar as transformações que ocorrem na comunidade indígena Canauanim bem como as suas territorialidades.

É importante considerar o espaço e o território para perceber em que momento aflora as mudanças no modo de vida resultando em transformações socioeconômicas e culturais na comunidade. E, nesta perspectiva, é necessária uma reflexão sobre a ruptura entre o antigo modo de vida indígena e o surgimento de novas atividades da cultura capitalista.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO ESTADO DE RORAIMA E OS POVOS INDÍGENAS

O estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil e a formação espacial é marcada pelos contornos definidos pelos interesses colonial português, sendo que 1775 foi criado o Forte Militar de São Joaquim, na confluência dos rios Uiraricuera e Tacutu para se proteger das ameaças de invasão dos ingleses, espanhóis, holandeses e franceses (BARROSO, 2009).

A colonização da região teve sua gênese no contexto histórico em que o domínio português foi consolidado pelo poder militar. Mesmo o Rio Branco tendo sido conhecido e nominado por Pedro Teixeira em 1639, o forte São Joaquim só foi construído cerca de três séculos após a “descoberta” do Brasil (BARROSO, 2009). Marco da presença portuguesa na região, o forte garantiu a defesa do território contra os interesses das demais nações europeias.

Evidentemente, a partir deste período foram identificados os povos indígenas que já habitavam a região há muito tempo. O pesquisador europeu Theodor Koch-Grünberg (2006, p.32) em expedição constata que: “As primeiras notícias seguras sobre os índios da região do rio Branco datam comprovadamente, do último terço do século XVIII”.

A ação colonizadora na região promoveu a organização de núcleos populacionais (aldeamentos) formados principalmente por indígenas. De acordo com Barbosa (1993, p. 25) foram instalados ao longo do Rio Branco Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo no rio Uraricoera Nossa Senhora da Conceição e no rio Tacutú São Felipe.

Os aldeamentos estiveram sob influência religiosa, interferindo na cultura indígena antes mesmo da construção do forte. Com a vinda dos militares e dos colonos civis houve disputa destes com os missionários pela exploração e posse dos indígenas(VIEIRA, 2014).

A força de trabalho indígena significava alto rendimento, sendo utilizada como mercadoria e mão de obra escrava. Esta prática foi permitida oficialmente na região amazônica até 1750 (BARBOSA, 1993). A partir de então foi decretada a proibição do trabalho escravo indígena, porém, na prática o trabalho escravo continuou sendo executado nas atividades da colônia e em vários aldeamentos denominados de diretório.

A fortificação militar e os Diretórios fracassaram na pretensão de povoar o Rio Branco pela facilitação do contato entre brancos e índios. Porém, a intenção de ocupar a região ainda resistiu lançando-se um projeto pecuarista ao fim do século XVIII (VIEIRA, 2014).

De fato, a introdução do gado nos vastos campos de Roraima se deu por fortes atrativos, principalmente o emprego de mão de obra indígena. Foram três as fazendas reais fundadas na região: São Bento, localizada entre os rios Uraricoera e Branco, São José próxima ao Forte São Joaquim e São Marcos entre os rios Uraricoera e Tacutu (VIEIRA, 2014).

A pecuária extensiva estabeleceu o modelo de ocupação de Roraima pela “pata do boi” (FREITAS, 1986). Nessa condição, a fixação de brasileiros na região foi viabilizada e fundou-se em 1890 o município de Boa Vista do Rio Branco. Assim, o

desenvolvimento da região ocorreu através do capital privado de acordo com o interesse do Estado de forma autoritária em detrimento dos povos nativos.

O botânico alemão (ULE, 2006) em sua excursão por Roraima nos anos de 1908-09 relata o contato íntimo entre as lideranças indígenas e a sociedade não-indígena. Neste período, a economia da Amazônia estava centrada nas atividades da borracha, com forte repercussão sobre a pecuária roraimense. A economia da borracha de fato foi o fator que impulsionou a expansão da pecuária em Roraima. Porém, com a decadência da exploração seringueira na região amazônica, em decorrência da produção da borracha na Malásia, e a retração do consumo de carne sofreu forte impacto na economia da pecuária e parte dos investimentos foi redirecionado para exploração do garimpo na serra do Tepequém (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014).

O surgimento da mineração gerou um fluxo migratório na década de 1910 que aumentou significativamente na década de 1930 com a exploração de diamantes na Serra do Tepequém. Conforme Barbosa (1993, p. 137) “centenas de pessoas vindas das mais diferentes regiões do Brasil migraram para esta região a procura do rápido enriquecimento”. Os garimpos, assim como a instalação dos grandes latifúndios para a criação do gado foram relegando aos indígenas espaços cada vez menores ao invadir as suas terras.

Assim, a instalação de infraestrutura e espaços para a produção agropecuária e mineração foram os principais agentes definidoras do território roraimense no contexto do século XX. A homologação de Terras Indígenas só passou a se concretizar no estado na década de 1980 e atualmente “Roraima possui trinta e duas terras indígenas já homologadas, fruto de um longo processo de luta e conquista dos direitos pelos povos que ali habitam” (BETHONICO, 2012, p. 03). Neste cenário, destaca-se principalmente a Terra Indígena Raposa Serra do Sol que foi demarcada em meio a conflitos com agricultores e pecuaristas.

De toda a área do Estado de Roraima, que possui 225.116 km², o total de 101.710,15 km², cerca de 45,18% estão distribuídos em trinta e duas Terras Indígenas, sendo quatro demarcadas em áreas contínuas e as demais em ilhas. Os municípios de Uiramutã, Normandia, Pacaraima, Alto Alegre e Iracema possuem mais de 70% de sua área formada por terras indígenas (IBGE, 2005). A disputa pela terra entre índio e não

índios sempre foi o motivo de embates em Roraima, produzindo reflexos na organização do território.

Da colonização até a atualidade sempre houve estratégias políticas que exerceram domínio sobre os povos indígenas que habitam a região desde tempos remotos. Enfim, os indígenas enfrentam desde a ocupação lutas pela reconquista territorial frente aos avanços da sociedade capitalista.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A Comunidade Indígena Canauanim está localizada na Região Indígena da Serra Lua no município do Cantá - RR a aproximadamente 25 km da capital Boa Vista. O acesso se dá pelas rodovias BR 401 e 432 que também é trajeto para o município do Cantá, seguindo pela RR 207.

Em sua área predomina a vegetação de savanas conhecidas localmente como lavrado. Essa área possui “árvores espaças, como o murici, o caimbé, a paricara na” (BORTOLON, 2014, p. 18). A região também possui como vegetação marcante os buritizais que seguem os igarapés. Na comunidade Canauanim vivem 147 famílias numa população de 930 pessoas (WAPICHANA, 2012).

O nome da comunidade tem origem na língua Wapichana onde o “Kanawa”u” significa passagem da Canoa. A identificação como Canauanim surgiu com os primeiros visitantes da região que encontraram dificuldade na pronúncia da língua Wapichana (WAPIXANA, 2012).

A comunidade é habitada por indígenas das etnias Wapichana e Macuxi, sendo a população deste último grupo mais numerosa. Os Wapichana possuem tronco linguístico Aruak e com a chegada dos Macuxis de tronco Karib lutaram na defesa de seu território. As duas etnias que no passado eram inimigas atualmente convivem juntas na comunidade Canauanim, o que indica que as rivalidades do passado foram superadas (BEZERRA; HERKSEDEK; BASTO, 2014).

De acordo com Silva (2013) os Macuxi vivem por outras regiões em muitas comunidades, mas seu maior número populacional encontra-se na região das Serras. Já os Wapichana, concentram-se em diversas comunidades na Região da Serra da Lua convivendo com outros povos das comunidades de Roraima.

A comunidade Canauanim possui uma planta de aspecto urbano e em seu “centro” concentram-se os estabelecimentos públicos: escolas, posto de saúde, igreja

católica e quadra poliesportiva. A maioria das residências se distribui nesse entorno e outras se encontram mais distantes.

A forma urbana no espaço da comunidade surge como uma maneira de organização e desenvolve-se nesse sentido. A quadra poliesportiva funciona também como um ponto de encontro local, onde jovens e crianças divertem-se brincando no dia a dia e eventualmente também é o lugar de comemorações e festividades.

A Terra Indígena do Canaunim foi criada por força de Decreto Presidencial de 15 de fevereiro de 1996, que homologou a demarcação da Terra Indígena. A área demarcada abrange uma superfície é de 11.182,4372hae perímetro de 50,47km (BRASIL, 1996). O Decreto situa a Terra Canaunim no município do Bomfim, porém esta se encontra no município de Cantá, conforme se verifica na figura a seguir:

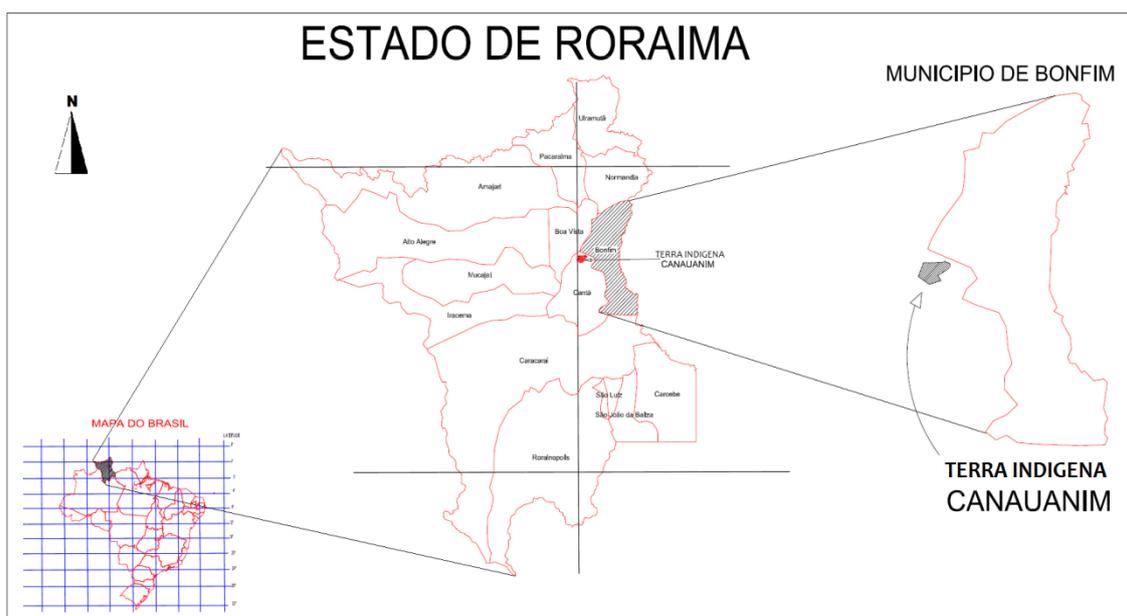


Figura 01 - Localização municipal da Terra Indígena Canauani.

A figura acima contém a comprovação da localização do Território Indígena Canuanim, estando integralmente situada no Município de Cantá, ainda que o Decreto Presidencial, de 15 de fevereiro de 1996, atribua-lhes pertencimento ao Município de Bonfim. A Terra Indígena Canuanim que abrange uma área de superfície é de 11.182,4372ha (onze mil, cento e oitenta e dois hectares, quarenta e três ares e setenta e dois centiares) e perímetro de 50.479,64 metros (cinquenta mil, quatrocentos e setenta e nove metros e sessenta e quatro centímetros) – (BRASIL, 1996).

AS PRÁTICAS CAPITALISTAS E A REALIDADE DA COMUNIDADE CANUANIM

A Geografia, enquanto ciência social estabelece nas dimensões espaço/tempo uma relação que apoia os “seus temas mais comuns: paisagem, lugar, espaço, território, relação homem x meio” (RIQUE, 2010, p.15) contemplando discussões da realidade natural e social. Essa ciência apresenta uma proposta que amplia as formas de ver o mundo e o homem através de novos padrões e perspectivas.

Nesse sentido, analisar, compreender e descrever a relação sociedade natureza é essencialmente uma atividade do conhecimento geográfico. A busca pelo entendimento dos modos de vida do homem compreende o estudo das categorias tempo, espaço e mundo que são reguladas pela interferência das relações humanas (SANTOS, 2008).

Observa-se que tais categorias são dinâmicas e não se dissociam da essência das ações humanas. Na medida em que o tempo avança a distancia entre os espaços diminui e o modo de representação do mundo se altera social e culturalmente.

De fato, a presença do homem na Terra tem transformado substancialmente o espaço atribuindo significados de acordo com novas formas de apreensão do mundo. Como aborda o geógrafo Ross (2009, p.119): “As sociedades humanas, as relações entre si e com a natureza são objetos de estudo da Geografia. O processo evolutivo das culturas, da produção dos conhecimentos, da evolução da tecnologia”.

Portanto, os espaços compreendem uma lógica temporal e são assim organizados e reorganizados perante dimensões políticas, econômicas e religiosas. A

cultura, a identidade e as práticas sociais ganham novos sentidos no decorrer do tempo mediante contatos e influências externas ao território.

Deste modo, com ênfase nos povos indígenas que habitam a comunidade Canauanim objetiva-se aqui caracterizar algumas mudanças relacionadas ao modo de vida indígena atual frente ao cerceamento do sistema capitalista. Parte-se do princípio de que o sistema capitalista tem como “intenção primordial a auto-expansão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13) materializando-se no espaço e revelando aspectos peculiares de comportamento social.

O espaço da comunidade indígena Canauanim possui características próprias onde se evidenciam as relações sociais humanas bem como suas atividades culturais. Independente de a comunidade considerar-se capitalista ou não, a influência do capital é percebida dentro dos limites de seu território. A localização (proximidade com centros urbanos de Boa Vista e Cantá) acarreta um peso na reprodução de práticas do sistema socioeconômico dominante.

A propriedade privada é produto da evolução da relação entre o homem e a Terra e um dos principais elementos do capitalismo, pois confere caráter individual ao ser e ao espaço. De acordo com Bourdieu (2010, p. 83) “a relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de *posse*, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui.” Assim, como criação do indivíduo, a propriedade é parte ontológica do ser humano alicerçada no desmembramento daquilo que é comum.

Em observação analítica na Comunidade percebe-se a instalação de cercas em madeira e arame que, sobretudo exercem uma função social de separação, pertencimento e particularidade das famílias. Tal processo de caráter individuado deve nos levar a refletir sobre a noção de comunidade que basicamente pressupõe homogeneidade, forma de organização social de vida em comum. “Comunidades são reconhecidas como sistemas sociais e espaciais, uma vez que o espaço da comunidade é um território definido pelo lugar onde ocorre o conjunto de interações de interesses” (BICALHO, 2009, p.96).

Ora, se a identificação de Comunidade remete a um estado primitivo e natural de espaço partilhado onde o território caracteriza relações de comunhão entre os indivíduos, o isolamento da cerca destaca claramente o oposto. Este é um padrão

capitalista que possivelmente tende a sucumbir o tradicional modo de vida indígena fundamentado no usufruto coletivo do espaço.

De acordo com Santos (2008, p.17) “a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo [...]”. A individualidade do ser independe das características sociais, culturais e de referências originais. Especificamente as mudanças são referentes ao tempo e ao espaço e reescrevem a história dos sujeitos para situá-los de maneira mais confortável em função, como aqui se analisa, da reprodução de uma cultura dominante.

Um fator que também corresponde a esse processo de enraizamento da cultura capitalista é o trabalho com a agricultura de subsistência de modo individual que se entrelaça com o a produção coletiva na Canuanim. Em relação às transformações que modificam o modo de vida dos sujeitos Santos (2008, p.45) observa que “cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei”.

Diante disso, o espaço de produção agrícola plenamente coletivo começa a se aquinhoar nesse momento histórico de “transição socioeconômica”. O trabalho comunitário na roça ocorre com a organização de mutirão e conta com o uso de tratores, em pequena escala, para o escoamento do que se produz. Em conversa com moradores da comunidade fica evidente que embora ainda exista a roça comunitária, destinada a “quem precisa”, a maioria das famílias trabalham para si em sua própria produção.

A substituição do trabalho coletivo pelo trabalho particular das famílias caracteriza a autonomia privada do modo de produção capitalista. Sobre essa organização do trabalho Wallerstein (2001, p.131) discorre que “ao colocar ênfase na iniciativa individual, a civilização capitalista atrelou o interesse pessoal ao florescimento e à manutenção do sistema”. No capitalismo as relações são mais desconexas e conseqüentemente o labor cooperativo de produção comum é suprimido.

Estes aspectos caracterizados até aqui evidenciam uma nova concepção de família, com um caráter mais amplo. Essa concepção diverge da formação de família tradicional dos povos indígenas baseada na unidade parental. Para Souza (2002, p. 225):“A família extensa (uni ou multipatrilinear) era ao mesmo tempo a estrutura social

e estrutura econômica de produção e consumo. [...] A fragmentação familiar, presenciada em grupos atuais, seria o resultado dos séculos de sucessivos contatos [...]”.

Os núcleos das famílias indígenas eram tradicionalmente compostos por grupos de mesma linhagem, contudo, os relacionamentos exteriores contribuíram para a mudança desse paradigma. Algo que possibilita a construção desse novo modelo familiar talvez seja a relação das duas etnias (Macuxi e Wapichana) que vivem juntas na comunidade e, somado a isso, as relações conjugais com não índios. É este um processo que vem ocorrendo de forma “natural” e progressiva influenciando a cultura indígena de maneira sutil.

Ainda com relação à subsistência das famílias nota-se a criação de mercados no interior da comunidade. Embora se tenha facilidade de acesso e locomoção (a comunidade possui ônibus próprio e algumas pessoas possuem veículos motores) para comprar produtos nas Cidades próximas, a possibilidade de se adquirir produtos no próprio lugar significa maior praticidade e economia de tempo.

Observou-se um pequeno comércio funcionando na entrada de uma residência que já atende os moradores com produtos industrializados tanto alimentícios quanto de limpeza e higiene. Sendo assim, o comércio na comunidade se constitui como elemento de fixos destinado a receber e distribuir elementos dos fluxos garantindo uma interação. Em outras residências, embora não se note o abastecimento de produtos, é possível comprar refrigerantes, gás e cosméticos. Assim, aos poucos, novas estruturas começam a mesclar-se com a cultura tradicional indígena e “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo [...]” (SANTOS, 2008, p.34).

O empreendedorismo privado que se insere na comunidade propicia o consumo de produtos e mercadorias para quem compra e renda para quem comercializa. A empregabilidade dos indígenas nas cidades também é fator que insere capital no interior da comunidade. Nesse sentido, os ganhos de uns acabam sendo maiores e nesse cenário passa a surgir grupos socialmente distintos que primam por um conforto melhor.

As condições habitacionais são as primeiras a se destacarem nesse aspecto e no espaço. Santos (2014, p. 55) aponta que “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”.” Sendo assim, é perceptível na comunidade Canaunim

a construção de casas de alvenaria que se diferenciam das casas de madeira e das de pau-a-pique cobertas com palha.

Isto manifesta abertamente um dos primeiros traços do sistema econômico capitalista: a desigualdade socioespacial. A dimensão social do território, aqui entendido como espaço apropriado e usado, materializa a sua territorialidade pelo viés econômico e cultural. Considerando uma evolução histórica, a construção de obras humanas para adequar o espaço representa a dinâmica territorial dada pela reprodução do capital. Nos dizeres de Santos (2014, p. 62): “Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”.

Nesta concepção, o desenvolvimento humano no território ocorre com a substituição dos materiais retirados da natureza e utilizados de modo rústico pelos objetos fabricados. A nova configuração territorial verificada na Comunidade Canaúanim pode ser perfeitamente comparada a esse processo, no que diz respeito à substituição das técnicas rudimentares empregadas na construção das moradias.

As características socioeconômicas do capitalismo tem sido aos poucos absorvidas no cotidiano indígena. A comercialização dos produtos cosméticos de empresas nacionais e estrangeiras de vendas diretas (Jequiti e Avon) é percebida visivelmente na comunidade através da divulgação em placas.

Wallerstein (2001, p. 124) analisando a civilização capitalista considera que “a propaganda e o *marketing* são evidentes construções de costumes” e que estes criam “mercados através da criação de gostos”. É evidente que os indígenas possuem necessidades de consumo, com relação a isso não há discussão, até pelo fato já mencionado da proximidade com as cidades. O que se analisa nesse caso é o florescimento de práticas tipicamente capitalistas como a difusão de anúncios análoga a atividade comercial.

Com a venda desses produtos se ganha uma porcentagem de comissão que certamente complementa a renda familiar. Deste modo, percebeu-se que a confecção e venda de artesanatos na comunidade, uma atividade que tem um significado tradicional, é praticamente inexpressiva. De certo modo, trabalhos que garantem uma renda maior estão ganhando cada vez mais espaço entre os indígenas que aos poucos vão

incorporando no cotidiano o sistema capitalista, com destaque para a visão da chamada meritocracia.

Para a ideologia meritocrática a ascensão social é resultado de luta individual, o que é inerente ao capitalismo. No entanto, as desigualdades que permeiam as classes trabalhadoras denunciam a falha ilusória desta estrutura elitista que não contempla as realidades sociais.

Na busca pelo progresso social, a migração pendular já é algo comum para alguns moradores da comunidade que trabalham nas cidades próximas. Com isso, a aquisição de veículos automotores se faz uma necessidade de consumo. Conforme Santos (2014, p.25) “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista.” Na estrada de acesso a Comunidade observa-se a frequente a locomoção, em maioria, realizada por motocicletas.

O cotidiano apresentado na Comunidade reflete novas formas de organização da vida social. A cultura capitalista se infiltra no espaço discretamente e, algo que exemplifica isto é o funcionamento das escolas Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete e Municipal Indígena Prof. Leomar Cruz Cadete. Mesmo que exista a preocupação para que os professores tenham identidade local, os elementos do capitalismo vão adentrando na cultura indígena (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014).

Primeiramente, o estabelecimento de cumprimento de horários “constitui-se na verdade as primeiras formas de incorporação dos valores e modos de organização capitalista, que nem todas as lideranças indígenas mais críticas tem se dado conta” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3724). Além disso, a formação escolar tem por função conceder um título profissional que se vincula a disposição humana para o mercado de trabalho. No que concerne à formação escolar enquanto capital simbólico Bourdieu (2010, p.148) retrata que: “O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)”.

A formação escolar como capital simbólico representa na ordem social as perspectivas dos indivíduos quanto aos seus lugares de ocupação na sociedade. Notoriamente isto abarca a visualização de oportunidades de engajamento profissional e

de projetos de graduação no ensino superior, ambos com expectativas de remuneração salarial por serviços prestados.

Dessa forma, o que se percebe é que “as crianças indígenas estão sendo formadas sobre outro projeto de organização social e sobre outra ótica de formação distinta das gerações indígenas anteriores” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3725). Ressalte-se que a discussão não objetiva questionar o papel das instituições escolares no âmbito da Comunidade Canauanim, o que está em discussão são as práticas capitalistas que ocorrem de forma camuflada no processo de redefinição do espaço local.

A realidade explícita da educação escolar compreende uma lógica competitiva decorrente da globalização da economia capitalista (AFONSO, ANTUNES, 2001). Assim, a escola tem preparado os indivíduos para a execução de atividades individuais que remetem a meritocracia, onde as oportunidades de emprego pertencem aos mais “aptos”. O realismo da incorporação da cultura capitalista nesse aspecto se revela contrário ao modo de vida indígena baseado na coletividade.

Outro fator pertinente às mudanças de costumes na Comunidade Canauanim é a inserção das políticas de proteção social. Estas visam garantir aos povos indígenas “Independente de sua organização social atual, os meios de sobrevivência e o lugar em que moram, as famílias indígenas têm direitos específicos que devem ser respeitados e garantidos pelos governos municipais, estaduais e federal” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011, p. 16).

O cadastramento das famílias para o recebimento de benefícios assistenciais se por um lado é essencial, como forma de assegurar o acesso a subsistência, por outro, ratifica a marcha em direção à cultura capitalista, na medida em que as relações de comércio por dinheiro passam a ser uma constante na vida da comunidade. Nessa nova realidade, é comum à presença de fraudas descartáveis, embalagens de leites industrializados, além de outros produtos que próprios do modelo capitalista de produção.

As necessidades se inovam frente à interação de fatores econômicos e culturais que transformam o contexto social. A comunidade Canauanim, neste caso, não se encontra isolada em seu espaço local, “isto se comprova através da rede de energia e das antenasreceptoras de sinais de TV, ainda que exista apenas corrente de chegada e

pouca ou inexistência de corrente de saída” (BEZERRA, HERKSEDEK, BASTO, 2014, p.3726). Tais mudanças vêm interferindo no processo de transformação dos modos de vida dos indígenas e abre novas perspectivas de comportamentos individuais e coletivos.

Em Roraima, desde a colonização, o mundo cristão tem sido imposto aos povos indígenas, que segundo a religião precisavam ser convertidos ou estariam condenados eternamente (VIEIRA, 2014). O que se nota atualmente, ao menos na comunidade Canauanim, é que os índios em parte foram convertidos à doutrina católica ou são evangélicos. No espaço da comunidade se identificam tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Evangélica que possuem cada uma seus respectivos templos.

Em suma, as igrejas têm como característica básica fornecer “algum tipo de resposta, algum tipo de consolo, às misérias materiais percebidas no mundo” (WALLERSTEIN, 2001, p.98). Não possuem exatamente uma função capitalista de arrecadação monetária, embora que para a manutenção das suas “obras” os fiéis contribuam com uma porcentagem de seus ganhos. O que se destaca neste ponto é que de certa forma torna-se conveniente que os frequentadores cristãos das Igrejas, no caso os indígenas da comunidade, sejam detentores de algum capital.

Mesmo com a catequização e evangelização os indígenas ainda preservam seus ritos e danças tradicionais. Os acessórios fabricados artesanalmente com sementes e penas são utilizados nos festejos da Comunidade. Conforme Santos (2008, p.16) [...] “os sistemas de crenças religiosas são recriados paralelamente à evolução da materialidade e das relações humanas [...]” Portanto, as características culturais podem ser mantidas quando a tradição se evidencia além dos padrões de crenças adquiridas exteriormente.

Segundo Santos (2008, p. 116) [...] “o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam.” O espaço contempla elementos construídos por meio da própria dinâmica do comportamento humano agregando sempre novas experiências.

Referente às práticas capitalistas, algo que chama a atenção logo na entrada da comunidade Canauanim é uma placa de aviso direcionada a “marreteiros” (vendedores ambulantes). Segue a transcrição da placa: “Aviso: Durante o dia, a cada

entrada de qualquer marreteiro paga uma taxa. Por favor procure o tuxaua. É proibido a entrada de marreteiros ou qualquer carro desconhecido após as 18:00h” (PESQUISA DE CAMPO, 2015). Na Comunidade a maior autoridade indígena é o Tuxaua. Atualmente, essa posição é exercida através de eleição cujo mandato possui dois anos podendo ser reeleito.

No que tange a cobrança da “taxa”, esta visa regular a entrada dos ambulantes e, além disso, assegurar o controle do acesso à comunidade indígena ao estipular horário de entrada. A licença concedida pelo pagamento da taxa configura-se claramente uma prática capitalista de acesso ao território.

De acordo com Santos (2011, p. 20) [...] “a economia se realiza no espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referencia.” Os processos de mudança das configurações do território também são inerentes aos fatores econômicos. Assim, as projeções das práticas capitalistas que se manifestam no espaço na comunidade Canaunim evidenciam a relevância das atividades econômicas para a atual vida social indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização de Roraima é marcado pela disputa espacial de ocupação e controle do território, de um lado os interesses dos colonizadores e de outro as comunidades indígenas, a quem lhe restavam dois caminhos: ou se submeter aos domínios do colonizador e servir de mão de obra escrava da colônia e posteriormente dos fazendeiros ou resistir às forças de ocupação, sendo muitas vezes obrigados a se refugiarem nas áreas afastadas das margens dos rios aonde o acesso a água e outros meios de subsistência ampliavam as dificuldades de sobrevivência.

O que se verifica no tempo presente, é que o modelo de vida centrado nas práticas capitalistas, vem ganhando espaço no dia a dia da comunidade, possibilitando o enraizamento da cultura capitalista nas comunidades locais. Esta nova realidade comprova a interdependência entre os interesses da globalização, guiados pelo modelo capitalista de produção e consumo, e as transformações que vem redefinindo a organização do espaço local.

De fato, a comunidade indígena Canaunim vem passando por um processo de redefinição do espaço local e de reorganização do território evidenciados pela implantação de cercas no entorno das residências que caracterizam, embora

timidamente, a formação da propriedade privada. As práticas agrícolas desenvolvidas de modo individual pelas famílias também desempenham um papel contrário às atividades coletivas de outrora.

A natureza do empreendedorismo é algo que remete a promoção de benefícios próprios. A prática do comércio observada *in loco* na comunidade revela assim, o estabelecimento de novos padrões sociais. As práticas capitalistas relacionadas ao desenvolvimento de novas necessidades e hábitos de consumo estão intimamente ligadas às novas relações de trabalho e as políticas de proteção social que contribuem no aumento do poder aquisitivo.

As instituições escolares funcionam atualmente como um meio de se alcançar posicionamento social. Isto não retira a sua relevância para o enriquecimento intelectual indígena. No entanto, representa uma porta aberta as práticas capitalistas, com a exigência de horários fixos, o vínculo empregatício que remunera os funcionários e a oportunidade de formação para o ingresso no mercado de trabalho.

Atualmente é evidente na Comunidade Canaunim a existência de elementos da cultura capitalista dominante, que se projetam social e espacialmente em decorrência do processo de globalização. Portanto, caminha-se para um processo de transformação mais amplo no que se refere à reprodução do sistema econômico capitalista na comunidade indígena.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J.; ANTUNES, F. **Educação, cidadania e competitividade**: questões de uma nova agenda. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 83-112, julho/2001. ISSN: 1980-5314.

BICALHO, A. S. M. **Capital social na várzea amazônica**. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

BARBOSA, R. I. **Ocupação humana em Roraima I**. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, 9 (1): 123-144. 1993.

BARROSO, J. A. de V. **Diagnóstico ecológico econômico da bacia do Rio Cauamé no estado de Roraima, com a utilização de sistema de Informações geográficas**

para o desenvolvimento sustentável. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BETHONICO, M. B. de M. **Indígenas e a Gestão Territorial:** desafios para o ensino superior. Bogotá, XII Colóquio de Geocrítica, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-M-Magalhaes.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

BEZERRA, J. B.; HERKSEDEK, P. M.; BASTO, E. S. **Os povos indígenas, as novas territorialidades e a redefinição do espaço local no estado de Roraima/Brasil.** In: VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6.

BORTOLON, D. M. **O Terra Indígena Araçá/Roraima:** continuidades e transformações envolvendo coletividades macuxi. 178 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UNIVATES. Lajeado, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima.** Manaus: Ed. Grafima, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeto Levantamento e Classificação da Cobertura e do Uso da Terra no Estado de Roraima.** Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2005.

MELO, Luciana Marinho de. **Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima.** Dissertação (mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Revista Desenvolvimento Social.** Ano III, n.º 3, 2011 – Brasília: MDS, 2011-11-10 V. :III. Colbr. ISSN 2175-2621.

RIQUE, L. **Do senso comum à geografia científica.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSS, J. L. S. **Geografia e as transformações da natureza**: relação sociedade-natureza. In: LEMOS, Amalia Inês Geraiges de; Emerson Galvani (Org.). Geografia, tradições e perspectivas: Interdisciplinaridade, meio ambiente e representações. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M.A **natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativa. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, M. da. **A rede social como metodologia e como categoria investigativa**: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”. In: PEREIRA, Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA Edson Belo Clemente de. (Org.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaços-temporais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, G. S. da. **Agroatividade Wapixana na comunidade indígena Canauanim**: avanços e ajustes em contato com outras culturas (1960-2010). 143 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

SOUZA, J. O. C. de. **O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

ULE, E. **Entre os índios do rio Branco do norte do Brasil**. In: KOCH-GRÜNBERG, Theodor. A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá. Tradução Erwin Frank. Manaus: Editora INPA/EDUA, 2006.

VEIGA, J. **Arrendamento e privatização da Terra Indígena**. VI Reunião de Antropologia del Mercosur (RAM). Montevideo, 16 a 18 de novembro de 2005 (GT 34

– Jê do Sul). Disponível em:
<http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf> Acesso em: 14 nov. 2015.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980.** 2. ed. Revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WAPICHANA, I. S. **Origem da Comunidade Canauanim.** Disponível em:
<<http://ivoniosolon.blogspot.com.br/2012/02/origem-do-nome-canauanim.html>>.
Acesso em: 11 dez. 2015.